



CARTOGRAFIA HISTÓRICA DA DIVISÃO POLÍTICA-ADMINISTRATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Palavras-Chave: MAPEAMENTO, MARANHÃO, GEOGRAFIA HISTÓRICA

Autores(as):

DANILO SOARES, IG – UNICAMP

Prof. Dr. LINDON FONSECA MATIAS, IG - UNICAMP

INTRODUÇÃO

Uma das definições da Associação Cartográfica Internacional caracteriza a Cartografia como um conjunto de operações científicas, técnicas e artísticas de elaboração de cartas e projetos, baseado nos resultados de análise de documentação (ACI, 1996). Ou também, ela é considerada como “a ciência e a arte de expressar (representar), por meio de mapas e cartas, o conhecimento da superfície terrestre” (Rosa, 2004).

Em vista disso, a cartografia possui a função de representar a produção do espaço geográfico, registrando a sua organização espacial num determinado período histórico. Esse registro pode servir como instrumento político de poder e domínio, e, portanto, constitui um “importante elemento de representação do espaço geográfico a ser usado para perpetuar ou transformar as desigualdades existentes” (Matias, 1996).

Os registros cartográficos são poderosos instrumentos de conhecimento e crítica da realidade, representando as formas e morfologias preenchidas de conteúdos normativos, jurídicos, sociais e culturais. Por isso, devem ser estudados com uma abordagem crítica, tendo em mente de que se constituem de fragmentos enviesados do passado, ou seja, não confiáveis por incorporarem, em si, estruturas de poder (Abreu, 2010).

Isso posto, o foco deste trabalho foi o estado do Maranhão, oitavo estado com maior extensão territorial do Brasil, possuindo 217 municípios, o que representa 4% do total de municípios brasileiros (IBGE Cidades, 2022). Embora tenha atingido um crescimento econômico considerável no século XIX, em decorrência do cultivo de algodão e da pecuária, esse estado do nordeste brasileiro é, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022), o estado com maior população em situação de extrema pobreza no país. Sua localização, “afastada” da dinâmica econômica da região sudeste do Brasil, influencia em seus índices sociais e econômicos. Ao longo de sua história, o estado do Maranhão apresentou diferentes configurações territoriais, estabelecendo novos municípios à medida que seu território foi ocupado seguindo uma política de desenvolvimento e integração do território nacional, ao longo de um processo demográfico, político, social e econômico.

Dessarte, o objetivo desta pesquisa foi o de produzir a representação cartográfica e uma análise do processo de constituição e divisão político-administrativa do estado do Maranhão, desde o início da ocupação por parte da Coroa Portuguesa, até os dias atuais. Para tanto, foi feito um levantamento bibliográfico e leitura de obras que tratam da formação do território maranhense, o levantamento de dados cartográficos e legislativos para a produção de uma *geodatabase* contendo a sequência de mapas da divisão municipal do estado e, por fim, a análise desses dados a fim de compreender a formação do território.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A primeira etapa da pesquisa foi a de levantamento bibliográfico sobre a cartografia e a formação territorial do estado do Maranhão. Para isso, foram realizadas pesquisas em bibliotecas digitais das universidades UNICAMP, UEMA, UFMA, UNESP e USP, além de publicações em revistas acadêmicas e busca a partir da bibliografia básica

do projeto. Dos títulos levantados, foram selecionados para leitura e revisão os mais pertinentes à pesquisa a partir do tema e resumo.

A seguir, foi feito o levantamento da legislação de criação de municípios no estado, para conhecimento das datas das leis, para periodização. Inicialmente, a procura deu-se a partir dos *websites* das prefeituras maranhenses, depois foi realizada através do Portal da Legislação - Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, e, por fim, através da publicação “Evolução Político-Administrativa do Estado do Maranhão”, do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC, 2021). Esses dados foram organizados para serem utilizados na etapa seguinte, de produção cartográfica.

Para complementar e auxiliar a produção cartográfica, foi realizado o levantamento de dados cartográficos do estado maranhense. Além de produções do IBGE e IMESC, foram consultados um Atlas do Maranhão, produzido pela Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (GEPLAN), atlas e mapas históricos dos *websites* das bibliotecas virtuais “Atlas Histórico do Brasil” da Fundação Getúlio Vargas, da Biblioteca Nacional Digital (BNDigital) e mapas de distritos eleitorais com divisão municipal de 1872, 1900, 1911, 1933 e 1950 na Biblioteca Digital do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Na produção cartográfica, foi utilizada, no primeiro momento, o software de geoprocessamento QGIS. A partir da Malha Vetorial Municipal do estado do Maranhão (2021), disponível no IBGE, foi realizada a atualização da tabela de atributos com as leis de criação e datas e agrupados os arquivos dos municípios criados após 1990 aos limites dos municípios dos quais foram desmembrados. Dessa forma, a divisão política-administrativa do Maranhão de 1990 estava mapeado. Entretanto, há municípios que têm origem de mais de um município, ou seja, surgem de territórios de diferentes municípios. Nesses casos, o limite anterior entre os municípios era desconhecido. Para resolver esses casos, foram consultadas as leis de criação disponíveis no Portal da Legislação, nos quais possuem descritos os limites municipais. Com essa descrição, e com auxílio da cartografia histórica, os limites anteriores foram mapeados na maioria dos casos. Infelizmente, não são todas as leis de criação disponíveis e os casos que não foram solucionados, ficam indicados como limites indeterminados no mapeamento.

Na etapa seguinte, a produção foi realizada com o software de geoprocessamento ArcGIS Pro, por meio da construção da *geodatabase* da pesquisa. O mapeamento referente aos anos de 1970, 1950 e 1930 seguiram o mesmo procedimento adotado para 1990. Para mapeamento de 1600, 1700, 1800, 1850 e 1900 foi adotada a informação que consta no fluxograma da publicação “Evolução Político-Administrativa do Estado do Maranhão”, do IMESC (2021), com os municípios desmembrados dos chamados “municípios mater”. A partir da data, se identifica quais municípios já existiam e quais outros futuros eles abarcavam em seu território naquele momento, e, então, se procedia com a definição das divisas municipais. Para o mapeamento do ano de 1534, foi utilizado o trabalho de Jorge Pimentel Cintra (2013) sobre a representação do sistema de Capitânicas Hereditárias no começo da ocupação portuguesa nas Américas, no qual ele indica as coordenadas das capitânicas.

Para se chegar a uma conclusão, se propôs uma análise dos processos de desmembramentos políticos do Maranhão, dos agentes e dos fatores que causaram essa determinada divisão. Para isso, foi retomada a revisão bibliográfica e a produção cartográfica resultante da pesquisa, na tentativa de identificar períodos e áreas de maior ou menor divisão e entender o porquê.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a produção dos mapas da divisão político-administrativa de cada ano destacado entre 1534 e 2022 foi realizado o levantamento das leis de criação dos municípios maranhenses e elaborado uma tabela com todos os municípios, suas leis, datas e geocódigos (Tabela 1). Com esses dados, foi possível elaborar uma tabela na qual se relaciona a quantidade de municípios existentes em um determinado ano representado e a quantidade de municípios criados desde o ano anteriormente representado (Tabela 2).

Nº	Município	Lei	Data de Criação	Geocódigo
201	Sucupira do Norte	Lei Estadual nº 2.153	16/11/1961	2111904
202	Sucupira do Riachão	Lei Estadual nº 6.152	10/11/1994	2111953
203	Tasso Fragoso	Lei Estadual nº 2.168	19/12/1961	2112001
204	Timbiras	Lei Estadual nº 837	03/06/1935	2112100
204	Timon	Lei Estadual nº 50	22/12/1890	2112209
205	Trizidela do Vale	Lei Estadual nº 6164	10/11/1994	2112233
206	Tufilândia	Lei Estadual nº 6.180	10/11/1994	2112274
207	Tuntum	Lei Estadual nº 1.362	12/09/1955	2112308
208	Turiaçu	Carta Régia	06/12/1818	2112407

Tabela 1 - Amostra de dados da criação de municípios no Maranhão. Fonte: IMESC; IBGE, 2022

Ano	Nº de Municípios	Novos
1534	0	0
1600	0	0
1700	3	3
1800	6	3
1850	21	18
1900	44	23
1930	47	3
1950	73	26
1970	130	57
1990	136	6
2022	217	81

Tabela 2 - Criação de municípios por períodos da história do Maranhão. Elaboração: Soares (2024)

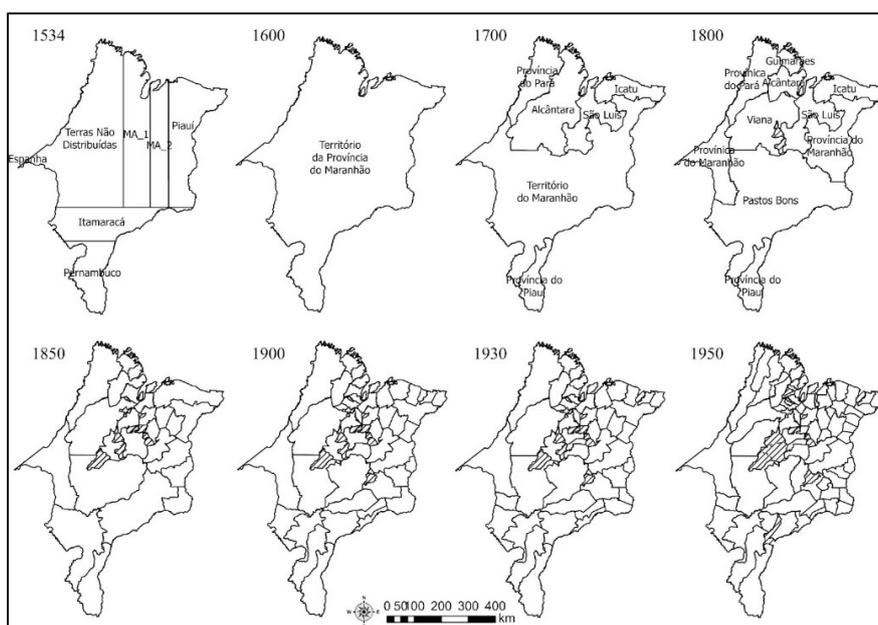


Figura 1 - Divisão política-administrativa do estado do Maranhão por anos. Elaboração: Soares, D.; Matias, L. F. (2024)

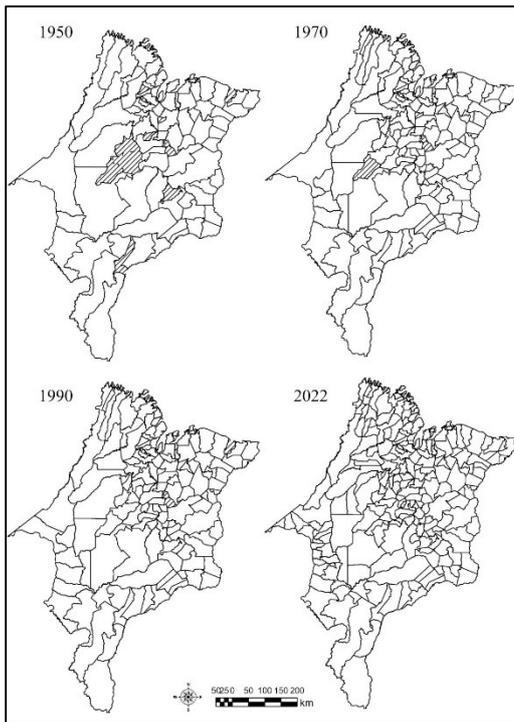


Figura 2 - Divisão municipal do estado do Maranhão por anos, entre 1950 e 2022. Elaboração: Soares, D.; Matias, L. F. (2024)

O território que hoje é o Maranhão foi ocupado por colonizadores europeus das nações portuguesa, francesa e holandesa, os quais construíam vilas, fortes e feitorias nessas terras. É importante mencionar que consta a presença e resistência de povos originários que estavam instalados nessas terras, como Caicazes, Krikatis e Guaianazes (Trovão, 2008). A primeira ocupação efetiva de europeus no Maranhão foi a dos franceses, em São Luís, no ano de 1612. Eles foram expulsos pelos portugueses três anos depois, em uma expansão portuguesa por toda costa setentrional do Brasil (Andrade, 1970). Antes disso, essa área era reivindicada pelos portugueses e era dividida entre as capitânicas de Maranhão 1, Maranhão 2, Piauí, Itamaracá e Pernambuco, além de um pequeno pedaço à oeste, que pertenceria a Espanha, segundo o Tratado de Tordesilhas (Cintra, 2013) (Figura 1).

A ocupação do Maranhão aconteceu via duas frentes, uma litorânea, iniciada no Golfão Maranhense, onde os franceses se estabeleceram inicialmente, e outra pastoril, do interior, partida do médio vale do rio Parnaíba (Trovão, 2008). Para entender essas duas frentes, é importante considerar que as principais atividades econômicas do Nordeste naquele momento, século XVI, eram a pecuária e a plantação de cana-de-açúcar, com o clima litorâneo mais favorável comparado ao interiorano. Posto isso, o Maranhão possui uma frente

de ocupação ligada às invasões europeias pelo litoral, através da navegação nos rios, e outra ligada à frente de expansão da pecuária do interior nordestino, considerando a necessidade de espaço para a produção pecuária extrativista (Cabral, 1992; Trovão, 2008).

A frente litorânea, adentrando no continente pelos rios, promoveu embates e a evangelização forçada dos grupos indígenas que foram encontrados, além de fundar vilas e povoados às margens dos rios, já inserindo a lógica colonial e produzindo um determinado espaço geográfico. A frente pastoril surge 118 anos depois da litorânea e está ligada à decadência da indústria açucareira no Maranhão, documentada por Andrade (1970). Esses avanços do gado foram importantes para a ocupação do território e para as demandas econômicas do momento, mas foram esparsas, lentas e, em um ciclo, isoladas (Trovão, 2008).

Dado o processo inicial de ocupação do Maranhão, há a configuração das fronteiras do estado, que mudaram levemente ao longo dos anos de colônia, com o Maranhão passando a ser uma província do Estado de Grão-Pará e Maranhão, em 1600, e com a parte sul e noroeste sob território de outros estados, Pará e Piauí, em 1700 e 1800 (Figura 1). Nesse sentido, uma terra habitada por grupos de diferentes povos originários é pouco a pouco incluída em um processo que acontecia mundialmente de dominação e sobreposição de um sistema financeiro, político, social e econômico específico, que funciona sob uma estrutura política estatal de poder e organização do espaço (Ferreira, 2008). Além disso, é interessante destacar os papéis políticos e imaginativos dos mapas: não necessariamente o território do Maranhão estava ocupado efetivamente por europeus, mas nos mapas eles já apareciam como pertencentes à coroa portuguesa.

Seguindo, e, a partir da observação dos mapas produzidos, é possível perceber que a maior concentração de divisões municipais no estado do Maranhão é recente, ocorrida na década de 1990 (Figura 2). A última divisão aconteceu em 1995, e no ano de 1994 foram criados 78 municípios, praticamente em um único mês, novembro. Alguns autores apontam o papel crucial do sistema viário para o crescimento do Maranhão (Ayres, 2001; Ferreira, 2008; Trovão, 2008), além do papel de políticas de integração nacional promovidas pelo governo federal, como o POLONORDESTE, o Programa de Desenvolvimento Integrado da Amazônia Oriental (parte do Plano Nacional de Desenvolvimento) e PROCEDERIII, que tiveram foco no sistema de transportes e promoveram um determinado ordenamento e uma disciplina do território (Ferreira, 2008). Além disso, a produção e comércio (economia) e iniciativa política são fatores apontados como determinantes para causarem os desmembramentos municipais, que, associados a um sistema de transportes, possibilitam uma urbanização de algumas áreas, mesmo que dispersa, que

levam a um aumento de escoamento de produtos e a formação de alguma organização política, que poderia levar a uma reivindicação de emancipação (Ayres, 2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento do histórico das divisões político-administrativas do estado do Maranhão através da cartografia histórica revela os processos de ocupação do território, desde o começo da ocupação portuguesa até a atual configuração. Entre esses momentos, as divisões passam das capitânicas hereditárias, por divisões coloniais, imperiais e republicanas até chegar às atuais, com destaque ao grande número de divisões municipais na história recente. Ao longo desse tempo, a divisão político-administrativa municipal aconteceu por conta de dinâmicas políticas, sociais, econômicas e demográficas que acompanham a história brasileira e revela uma composição do território que expressa a territorialização das estratégias do Estado brasileiro e do capital na busca pela sua reprodução consorciada com a manutenção das elites locais.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento ao CNPq e SAE (Unicamp), que proporcionaram o financiamento da pesquisa, possibilitando sua existência e permanência. Agradecimento também ao professor orientador e colegas de laboratório, pelas orientações, paciência e ajuda no decorrer da pesquisa.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Maurício de Almeida. **Geografia Histórica do Rio de Janeiro: (1502-1700)**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio e Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010.
- ANDRADE, M. C. **A dinâmica do povoamento e a ocupação do espaço geográfico maranhense**. In: ANDRADE, Manuel C. *Nordeste: espaço e tempo*. Petrópolis: Vozes, 1970, p. 129-180.
- AYRES, É. O. J. **Processo e política atual de desmembramento municipal no Maranhão**. Tese de Doutorado (Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo, 2001;
- CABRAL, Maria Socorro C. **Caminhos do gado: conquista e colonização do sul do Maranhão**. São Luís: SECMA, 1992.
- CINTRA, Jorge Pimentel. **Reconstruindo o mapa das capitânicas hereditárias**. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 11–45, 2013. DOI: 10.1590/S0101-47142013000200002. Disponível em: <https://revistas.usp.br/anaismp/article/view/80840>. Acesso em: 1 ago. 2024.
- IMESC - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Evolução Político-Administrativa do Estado do Maranhão**. 2. ed. – São Luís: IMESC, 2021.
- FERREIRA, Antônio J. de A. **Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense**. 2008. 269 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades: Maranhão**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/panorama> Acesso em 02 de agos. de 2024.
- MATIAS, Lindon Fonseca. **Por uma cartografia geográfica: uma análise da representação gráfica na geografia**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- MORAES, Antonio Robert Moraes. **Geografia Histórica do Brasil: Capitalismo, território e periferia**. São Paulo: Annablume, 2011.
- ROSA, Roberto. **Cartografia Básica**. Uberlândia: UFU, 2004.
- TROVÃO, J. R. **O processo de ocupação do território maranhense**. Cadernos IMESC, São Luís: IMESC, 2008;
- VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária**. Rio de Janeiro: Editores, 1981.
- ZEILLER, Michael. **Modelling Our World**. Redlands: Environmental Systems Research Institute, Inc, 1999.